

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PIAUÍ EM RETROSPECTIVA**

Maria da Glória Carvalho Moura

Universidade Federal do Piauí

Mestrado Em Educação

A discussão a que nos propomos neste texto referem-se a uma parte das reflexões que fizemos em nossa dissertação de mestrado, denominada Educação de Jovens e Adultos no Piauí: 1970 – 2000. Selecionamos para esta comunicação a investigação que fizemos a respeito dos antecedentes históricos da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Piauí desde os primórdios da colonização até os anos 60. O objetivo principal é que o estudo possa contribuir para a compreensão da trajetória histórica da EJA no Piauí no contexto da Educação Brasileira.

A história nos mostra que o avanço da educação em geral, no Brasil, se deu de forma muito desigual. Em se tratando da educação de pessoas jovens e adultas, principalmente na perspectiva de educação continuada o problema é bem mais grave. No Piauí, o quadro não é diferente resultado de uma cultura marcada pelos interesses conservadores e por um modelo educativo excludente.

As primeiras iniciativas que indicaram preocupação com a educação no Estado do Piauí surgiram somente em 1733, após 184 anos do descobrimento do Brasil. A vinda dos jesuítas para este Estado, se deu com o objetivo de administrar as fazendas deixadas como legado por Domingos Afonso Mafrense, após sua morte. O trabalho com “a administração das fazendas absorve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço para as atividades culturais e educacionais, nas quais foram atuantes em outras regiões da Colônia” (Brito, 1996, p.13).

A primeira tentativa aconteceu em 1733, quando por meio de um “Alvará de Licença,” os jesuítas conseguiram autorização para funcionar uma instituição de ensino que seria denominada “Externato hospício da Companhia de Jesus” que infelizmente não logrou êxito devido a inúmeras dificuldades impostas pelas condições precárias da Capitania. Os jesuítas persistiram e, em 1749, fazem uma nova tentativa e organizam no Distrito de Mocha, que mais tarde veio a se transformar na Capital da Província, o Seminário do Rio Parnaíba, oficializado em 1751, por alvará, concedendo licença ao Padre Malagrida que seria uma espécie de

interventor, para fundar os Seminários em alguns estados do país dentre estes, o Piauí.

Entretanto, mesmo os pais contribuindo com a manutenção do estabelecimento de ensino e a Coroa, remunerando os professores, os atritos freqüentes dos índios com os sertanejos pela posse de terra, dentre outras dificuldades, fizeram com que os jesuítas transferissem para o Maranhão, aquele educandário, ficando a Capitania sem escola, encerrando dessa forma as atividades educacionais dos inacianos no nosso Estado.

No período Colonial em 1757, foram criadas as primeiras escolas públicas do Piauí “a omissão dos jesuítas em relação ao ensino das primeiras letras na Capitania levou o Rei a criar, por Alvará, duas escolas de instrução primária na Vila da Mocha: uma para meninos e outra para meninas” (Brito, 1996, p15). Essas escolas não alcançaram resultados satisfatórios, os professores ministravam as aulas e recebiam em troca “paneiros de farinha”, mostrando o “desapreço que nossos colonizadores tinham para com a leitura e a escrita a ser dada aos habitantes deste país” (Cury, 2001, p.7). Dessa forma, a falta de qualificação dos professores e a indefinição de um teto salarial, contribuía para que essas escolas não lograssem o êxito desejado pela população, culminando com sua extinção.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas de Portugal e, conseqüentemente, de suas colônias “a Capitania do Piauí teve sua sede igualmente confirmada na Vila da Mocha, rebatizada com o topônimo luso de Oeiras do Piauí, e evocação da ibérica pátria dos colonizadores. Desde então, ganha as honras de cidade” (Neto, 1972/1997, p.37). Mesmo assim, só após quarenta anos da instalação das primeiras escolas, em 1794, a Junta do Governo faz uma solicitação a Coroa Portuguesa para criação de uma cadeira de instrução primária em Oeiras, já que, não existia nenhuma escola na Província. O apelo não foi atendido como muitos outros e somente em 1815 são criadas três escolas de primeiras letras, uma em Oeiras e as outras na Vila da Parnaíba e Vila de Campo Maior, fixando os salários dos professores em 50% a menos, entre quem trabalhava nas vilas e na Sede da Província.

No Piauí como acontecia nas outras regiões do país não interessava aos colonizadores a educação do povo. A economia tinha como base de sustentação a pecuária não demandando, portanto, a formação de mão-de-obra pela educação. Essa carência era sentida na administração pública que a supria trazendo pessoas

de outros centros, inclusive do exterior. E assim, durante muito tempo, o Piauí, mesmo sendo “o celeiro de outras províncias no abastecimento da carne e couro de gado, não recebia em contra partida dessas províncias o intercâmbio cultural” (Brito, 1996, p.19).

As escolas de primeiras letras ressurgem no período Imperial com “a lei de 15 de outubro de 1827, disciplinando o disposto no item 32 do art. 170 da Constituição de 1824 que, substitui a expressão instrução primária por escolas de primeiras letras” (Brito, 1996, p.21). Em obediência a essa Lei o Presidente da Província instalou catorze novas escolas de primeiras letras nas vilas e povoados da Província. Entretanto, em 1834, informa que das catorze escolas implantadas sete não estavam funcionando por falta de professores.

O ano de 1845 se constituiu um marco fundamental da história da educação pública do Piauí. Zacarias de Góes e Vasconcelos assume a Presidência da Província e uma das primeiras providências tomadas foi analisar o caótico quadro educacional, propondo soluções para a resolução dos seus problemas. Aprova a Lei provincial nº 198 e a rede escolar pela primeira vez é normatizada ganhando estrutura organizacional. Além disso, coube a esta Lei e ao seu criador, o mérito da instalação do Liceu o primeiro educandário de ensino secundário piauiense assistido financeiramente pela Província. Devido a inúmeros problemas de ordem administrativa e financeira o Liceu funcionava precariamente chegando a ser considerado pelo Presidente Antonio Saraiva, em 1851, como uma instituição de ensino que existia apenas na legislação (Brito, 1986). Com a transferência da Capital de Oeiras para Teresina a situação do Liceu se agravou chegando a ser extinto em 1861, sendo reaberto em 1867.

A inexistência de um sistema para apoiar as tentativas de estruturação do ensino e a distância entre o que era proposto nas Leis e as necessidades reais próprias do meio, contribuía para o fracasso das primeiras tentativas de criar e ou reestruturar o ensino público da Província. Lembrando ainda que, nos documentos pesquisados não encontramos indicações da existência no período Colonial e Imperial de preocupação com a educação de jovens e adultos. Somente em 1849 foi instalado o Colégio de Educandos de Artífices em Oeiras, “com características de escola profissionalizante e destinada a assistir as crianças e adolescentes necessitados” (Ferro, 1994, p.66). Tinha como objetivos proporcionar aos alunos o aprendizado dos ofícios de marceneiro, ourives, ferreiro, alfaiate, sapateiro e

carapina, profissões necessárias à vida da Província à época, tendo início o ensino profissionalizante destinado as classes menos favorecidas.

No final do período imperial foram feitas algumas tentativas de instalação do ensino noturno na Província que não chegavam a se consolidar. A que mereceu maior atenção pelo trabalho realizado foi a criação do Colégio Nossa Senhora das Dores em 1822, que se dedicava aos cursos preparatórios, atendendo as exigências do Império para o ingresso nos cursos superiores (Ferro, 1994). Esse, portanto, era o quadro que se desenhava da educação pública no Piauí durante o Império e nas duas primeiras décadas da República.

Somente a partir de 1910, o ensino é organizado oficialmente no Estado, construindo gradativamente estruturas de um sistema. Esse período se estende até 1961 e compreende cinco grandes reformas, dentre estas, destacamos a Reforma de 1910 (Lei 565) e a Reforma de 1947 (Decretos Lei nº 1306/1946 e nº 1402/1947) nas quais encontramos referências sobre a educação destinada aos jovens e adultos.

A Escola de Aprendizes Artífices transferida junto com a Capital para Teresina, foi autorizada pela Portaria de 15/01/1910 “de modo a assegurar aos filhos dos trabalhadores adequada educação de caráter socialmente reprodutivista (...), considerada de nível primário não possibilitando acesso aos cursos superiores” (Brito, 1996, p.76). Dessa forma, a educação de adultos tem início no Estado, reforçando as desigualdades sociais. Aos filhos das famílias abastadas era reservado um ensino denominado “literário”, com perspectiva de continuidade e aos filhos dos operários bastava o ensino de “artes e ofícios” o suficiente para a aquisição de habilidades que garantisse o ingresso em uma atividade produtiva, afastando-os da ociosidade. “Posteriormente, a Escola de Aprendizes Artífices teve sua denominação mudada para Escola Industrial do Piauí e, hoje é a Escola Técnica Federal do Piauí” (Ferro, 1984, p.114)<sup>[1]</sup>.

A Reforma de 1947 trouxe no seu texto avanços significativos para a educação de adultos. O Decreto Lei Estadual nº 1306/46, dentre outras providências relacionadas ao ensino, determina que, o “ensino primário supletivo, com duração de dois anos e destinados aos adolescentes e adultos que não tivessem cursado na idade própria (7 a 12 anos) o ensino primário” (Brito, 1996, p.99). Entretanto, na

---

<sup>[1]</sup> A Escola Técnica Federal do Piauí atualmente (2002) é denominada Centro Federal de Ensino Tecnológico – CEFET.

prática, o ensino supletivo se limitava a alfabetização, oferecido em forma de campanhas. “Inspiradas nas Campanhas foram implantadas no Piauí, 300 classes de alfabetização em 1947; 431 classes em 1948; 460 classes em 1949 e 460 classes em 1950” (Piauí, 1998, p.9). Essas classes se tornaram unidades de referência para a distribuição dos recursos federais, enviados pelo governo para manutenção das campanhas. Após o sucesso inicial, o fracasso principalmente na zona rural, fez com que se extinguissem antes do final da década de 50, ficando como legado para os estados e municípios, uma rede de ensino supletivo.

No início da década de 60, aconteceram muitos eventos significativos para o país com reflexos positivos sobre a educação. O Piauí marcou presença em dois encontros regionais contribuindo com as discussões sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, homologada em 1961. A Lei 4.024/61, “foi o primeiro instrumento legal a normatizar o sistema de ensino no país, com repercussão no Estado do Piauí que a adotou integralmente” (Brito, 1996, p.117). Embasado na Lei Federal, o Piauí cria o Conselho Estadual de Educação, Lei 2489/63, que só veio a existir oficialmente, após cinco anos, quando o governador de então, Helvídio Nunes de Barros sancionou a Lei Estadual nº 2887/68, legitimando o Sistema de Ensino do Estado, incluindo todos os graus de ensino. A referida Lei prescrevia em sua estrutura curricular a organização de classes noturnas para os alunos maiores de 14 anos.

Como se vê, a situação não apresenta mudanças significativas para o processo de escolarização de jovens e adultos no âmbito das instituições públicas estadual. Entretanto, nos anos 60, além da educação oferecida em estabelecimentos oficiais de ensino no Estado do Piauí, merece destaque as experiências desenvolvidas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), em convênio com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e o Governo Federal em 1961.

O MEB a partir de 1962 é caracterizado como um movimento de cultura popular engajado e comprometido com o povo no processo de transformação da sociedade, oferecendo uma educação “que levasse ao camponês uma concepção de vida, tornando-o consciente de seus valores físicos, espirituais, morais e cívicos” (Paiva, 1983, p. 240-1).

No Piauí, de 1960 – 1965 o MEB atendeu 12.178 pessoas que diariamente ouviam aulas pelo rádio, agrupadas em casas, transformadas em

escolas radiofônicas recebendo orientação de um monitor e visitas periódicas de um supervisor. Ao contrário dos outros movimentos foi o único que sobreviveu a Revolução Militar de 1964, embora tenha lhe custado a revisão dos princípios metodológicos do Programa e a “perca” das características de movimento de educação popular (MEC, 1989).

Como se percebe a educação de pessoas jovens e adultas no Estado do Piauí, reflete a problemática da educação brasileira, retratando as dificuldades enfrentadas desde os primórdios da colonização, perdurando no Império e chegando ao período republicano sem apresentar mudanças significativas capazes de redefinir o desenho que, por vezes, nos parece improvisada, da educação oferecida a esta parcela da população delineada ao longo da história do país.

### **Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Lei 4.024, 20 de dezembro de 1961.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**, 1ª ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva histórica do Conselho Estadual de Educação**, 1ª ed., Teresina, Secretaria de Educação, 1986.

CURY, C.R.J. **Diretrizes Curriculares e Projeto Pedagógico: por uma nova educação de jovens e adultos**. IN: MEC. Secretaria de Educação a Distância – salto para o futuro – Boletim: Educação de Jovens e adultos: Novas perspectivas. Setembro/2001.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: UFPI, 1994. (Dissertação de mestrado).

MEC. Secretaria Geral. Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. Estudo histórico da Educação básica de jovens e adultos: período 1960 – 1988. Brasília, 1989 (mimeo).

NETO, Antonio Fonseca dos Santos. **Vitória de Oeiras: a Fundação do Piauí**. IN: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. Oeiras-Piauí-Brasil, nº 14, 1972/97.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

PIAUI. Secretaria de Educação. Departamento de Educação de Jovens e Adultos: Proposta Curricular para o 1º segmento de ensino fundamental, Teresina: 1998.